

## OS BISPOS NORDESTINOS E A CRIAÇÃO DA CNBB

### *NORTHEASTERN BISHOPS AND THE CREATION OF CNBB*

IRANEIDSON SANTOS COSTA<sup>(\*)</sup>

#### **RESUMO**

Partindo da constatação de que oito dentre os nove fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) eram nordestinos, o artigo analisa a trajetória deste grupo fundador, compreendido numa dimensão coletiva, a partir de quatro aspectos fundamentais: (1) Formação (sobretudo aquela vivenciada nos Seminários); (2) Conversão (momento crucial na inflexão profética); (3) Pregação (através de seus documentos coletivos e demais escritos); e (4) Ação (junto a grupos da Ação Católica, das Pastoris Sociais ou dos movimentos sociais em geral), dando especial ênfase ao período compreendido entre 1947 e 1964, quando este grupo construiu sua hegemonia não apenas no âmbito do episcopado nacional como também na esfera de segmentos importantes da sociedade brasileira, a exemplo de setores dirigentes do Estado e das organizações populares.

**PALAVRAS-CHAVE:** CNBB. Igreja católica nordestina. Bispos proféticos.

#### **ABSTRACT:**

*Starting from the fact that eight of the nine founders of the National Conference of Brazilian Bishops of Brazil (CNBB) were northeastern, the article analyzes the trajectory of this founding group, understood in a collective dimension, by four fundamental aspects: (1) Formation (particularly that experienced in Seminars), (2) Conversion (crucial moment in prophetic inflection), (3) Preaching (through their collective documents and other writings) and (4) Action (by groups of Catholic Action, social pastorals or social movements in general), giving special emphasis to the period between 1947 and 1964, when this group built its hegemony not only under the national episcopate as well as in the sphere of important segments of Brazilian society, the example of the ruling sectors of the state and people's organizations.*

**KEY WORDS:** CNBB. Northeastern Catholic Church. Prophetic Bishops.

#### 1 INTRODUÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi instalada às 9h30 do dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro, numa reunião que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carlo Chiarlo (1946-1954), de dois Cardeais (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro) e demais dezoito arcebispos brasileiros. Após as orações iniciais, quando invocaram o Espírito Santo para que iluminasse a todos e fizesse nascer forte aquela entidade nova, procedeu-se à avaliação da proposta de Regulamento, cabendo a Dom Hélder Pessoa Câmara (então bispo auxiliar do Rio de Janeiro) a responsabilidade da redação final.

---

<sup>(\*)</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Atualmente é professor do Departamento de História da UFBA. Tem experiência na área de Religião, Política e Movimentos Sociais na América Latina e no Nordeste brasileiro e desenvolvido atividades de Extensão no campo da História e Memória das Lutas Populares na Bahia. **E-mail:** [irancosta@terra.com.br](mailto:irancosta@terra.com.br)

Por fim, deu-se a criação da Comissão Permanente, a qual, por sua vez, escolheu o cardeal Dom Carlos Mota para presidente e o próprio Dom Hélder Câmara para secretário-geral, ambos por aclamação.

Para ser mais preciso, quinze arcebispos brasileiros estiveram presentes, quatro se fizeram representar (o arcebispo de Maceió por Dom Fernando Gomes dos Santos, então bispo de Aracaju; o arcebispo de Teresina por Dom José de Medeiros Delgado; o arcebispo de Florianópolis por Dom Daniel Henrique Hostin, então bispo de Lages (SC) e o arcebispo da Paraíba pelo próprio Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro) e um, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, arcebispo de Natal, ao que tudo indica não foi nem mandou representante<sup>1</sup>. Com isso, três dos nossos bispos nordestinos fundadores “de fato” da CNBB estavam presentes na solenidade de constituição “de direito” da mesma: Dom José de Medeiros Delgado, o único arcebispo do grupo, Dom Hélder Câmara e Dom Fernando Gomes dos Santos, enquanto representantes de arcebispos ausentes.

Inicialmente concebida para congregar apenas os cardeais e arcebispos brasileiros, ou seja, os presidentes das Províncias Eclesiásticas brasileiras, que representariam os demais bispos das dioceses e prelazias sufragâneas<sup>2</sup>. Logo se percebeu, porém, a inconsistência dessa formulação, de maneira que, por ocasião da primeira Assembleia Geral da entidade, realizada em Belém, em agosto de 1953, todos os bispos e prelados passaram a ter “assento e voz” nas reuniões da CNBB e, no ano seguinte, ganharam também direito a voto, mas ainda na condição de “convidados”, já que foi mantido o caráter de “conferência de cardeais e arcebispos”. O paradoxo normativo só foi superado na segunda gestão da CNBB, em 1958, quando os Estatutos foram alterados para incluir sem sua composição “todos os arcebispos e bispos, coadjutores e auxiliares do lugar”, englobando, enfim, a totalidade dos responsáveis pelas arquidioceses, dioceses e prelazias brasileiras (MOURA, 1981, p. 74).

De sua fundação até 1964 a CNBB foi dirigida por uma Comissão Permanente, renomeada de Comissão Central em 1953. Os cardeais, na época dois, eram membros natos da mesma, que escolhia o presidente entre seus

---

<sup>1</sup> Para a lista de presentes e uma breve descrição do encontro, ver CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (1952, p. 6).

<sup>2</sup> Vale ressaltar que este número de vinte Províncias Eclesiásticas brasileiras iria crescer bastante nos anos seguintes, sobretudo no decênio do Nuncio Apostólico dom Armando Lombardi (1954-1964).

pares. A primeira Comissão Permanente/Central (1952-1958) tinha, portanto, como membros natos os cardeais Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota (presidente) e Dom Jaime de Barros Câmara e na condição de membros eleitos Dom Vicente Scherer, Dom Mário de Miranda Vilas Boas e Dom Antônio Moraes Almeida Júnior, além de Dom Helder Câmara como secretário-geral. Já a segunda Comissão Permanente/Central (1958-1964) foi composta pelos mesmos membros natos, com a diferença que Dom Jaime de Barros Câmara presidiu a CNBB de 1958 a 1963, quando renunciou por motivos de saúde, assumindo Dom Carlos Mota até 1964, tendo sido eleitos Dom José Medeiros Delgado, Dom Vicente Scherer, Dom Fernando Gomes e Dom Mário de Miranda Villas Boas e reeleito Dom Helder Câmara para secretário-geral.

Por fim, em 1964, a Comissão Central é reformulada, assumindo o formato que permanece praticamente até hoje, com a única diferença que o cargo de 2º vice-presidente foi abolido em 1971, assim ficando a terceira direção: Dom Agnelo Rossi (presidente), Dom Avelar Brandão Vilela (1º vice-presidente), Dom Geraldo Moraes Penido (2º vice-presidente) e Dom José Gonçalves Costa (secretário-geral).

É certo que desde a segunda metade da década de 1940 padre Hélder Câmara vinha promovendo uma série de iniciativas que favoreceriam a criação da CNBB. De 31 de maio a 9 de junho de 1946, por exemplo, aconteceu a Semana Nacional de Ação Católica Brasileira (ACB), na qual os bispos presentes elaboraram o Plano Nacional de Ação Social. No ano seguinte, ocorreu em Belo Horizonte o decisivo Congresso da Ação Católica, com a presença de 29 bispos, que decidiram pela criação de um Secretariado Nacional de Ação Católica e pela edição da revista *Assistente Eclesiástico*, ambos sob a responsabilidade do padre Hélder Câmara<sup>3</sup>. Para ajudá-lo na estruturação administrativa do Secretariado da ACB veio trabalhar com ele Cecília Goulart Monteiro, por muitos anos sua secretária e grande colaboradora. Num depoimento posterior, por ocasião das

---

<sup>3</sup> As origens mais remotas da Ação Católica datam do século XIX, com a organização do Congresso de Malinas, na Bélgica, em 1863. Sua formalização, porém, se deu apenas nas primeiras décadas do século passado, com as encíclicas *Il firmo proposito* (1905), de Pio X, e, sobretudo, *Ubi Arcano Dei* (1922), de Pio XI, com sua fórmula concisa de “participação dos leigos no apostolado hierárquico”. Os dois principais modelos organizativos então vigentes eram o italiano, descentralizado, baseado nas dioceses e agrupado de acordo com os critérios de idade e sexo (homens, mulheres, adultos e jovens), e o belga-francês, também chamado de “especializado”, de âmbito nacional e vinculado aos diversos meios de vida e trabalho dos leigos (escola secundária, universidade, zona rural e indústria). Instalada no Brasil em 1935 a partir do modelo italiano, a ACB passou na década de 1940 por um processo de reformulação, até a reorganização efetiva, em 1950, já com base no modelo especializado: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

comemorações dos vinte anos da entidade, ela própria confirmaria a origem: “A primeira vez que surgiu a ideia de criação de um órgão coordenador das atividades dos bispos brasileiros foi em 1947, num congresso em Minas Gerais da Ação Católica”<sup>4</sup>.

Um pouco mais tarde, por ocasião do I Congresso Mundial do Apostolado Leigo<sup>5</sup>, realizado em Roma, em 1951, Dom Hélder Câmara conversou com o secretário de Estado do Vaticano, e futuro Papa Paulo VI, monsenhor Giovanni Battista Montini, sobre a necessidade de um órgão que congregasse todos os bispos brasileiros e coordenasse sua ação pastoral (BERNAL, 1986, p. 45-46). Daí porque, para alguns, “os primórdios da CNBB surgiram em Roma da colaboração amigável desses dois grandes homens: Helder e Montini” (ISNARD, 1999, p. 98). Além destes atores, não podemos reduzir a influência decisiva dos Núncios Apostólicos, como se desprende do depoimento de um dos personagens centrais do ocorrido:

O Núncio Apostólico Dom Carlo Chiarlo, desde 1949, acompanhou o sonho de um órgão que reunisse os numerosos bispos do Brasil, tentando ajudá-los a enfrentar os problemas, sempre mais complexos, da vida de hoje. A união entre os bispos tornava-se tanto mais necessária quanto mais a complexidade dos problemas não permite que eles sejam enfrentados, adequadamente, a não ser em esforço conjunto (CÂMARA, 1972).

Segundo o padre orionita Antônio Aparecido da Silva, o aspecto mais relevante da fundação da CNBB consistiu na percepção, por parte de diversas figuras do episcopado, não apenas de Dom Hélder Câmara, da necessidade em transformar o desejo de uma Pastoral de Conjunto numa realidade institucional a serviço da evangelização (SILVA, 2004, p. 11). Já João Francisco Régis de Moraes entende esse processo como resultante “principalmente do engenho e da

<sup>4</sup> Ver “CNBB trouxe cooperação, união, planejamento e comunicação entre os bispos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 14 out. 1972.

<sup>5</sup> O Apostolado dos Leigos, ou seja, a participação ativa dos leigos mediante a cooperação na instrução catequética, na vida litúrgica e sacramental e nas obras de misericórdia, caridade e promoção social, vinha sendo incentivado desde os papados de Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958). Coube, no entanto, ao Papa Paulo VI (1963-1978) dotá-lo de um arcabouço normativo e institucional mais consistente, seja através da publicação do Decreto *Apostolicam Actuositatem* (1965), um dos últimos documentos do Concílio Vaticano II, seja por meio da criação do Pontifício Conselho para os Leigos (1967), responsável, entre outras atribuições, pela organização das Jornadas Mundiais da Juventude, cuja 28ª edição ocorreu no Rio de Janeiro em 2013. Um dos parágrafos do referido decreto não deixa dúvida quanto a sua ortodoxia: “Convém que os leigos não só aprendam com maior diligência a doutrina católica, especialmente aqueles pontos que são objeto de controvérsia, mas também deem testemunho de vida evangélica contra qualquer forma de materialismo”. (PAULO VI, 1965b, §31a).

amplitude de visão de Dom Hélder Câmara”, então monsenhor, e afirma que ela não assumiu “imediata significação social. Abrindo precedentes no Direito Canônico, a CNBB passa a ter existência legal, mas socialmente permanece pouco mais que uma *abstração*, em seus primeiros tempos” (MORAIS, 1982, p. 17, *itálicos no original*). Sem ater-se à porção nordestina do núcleo dirigente da CNBB, Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979, p. 32) contrapõe-se a estes argumentos:

O elemento mais significativo do envolvimento de setores da hierarquia, e que atribui qualidade diferente a esta ação, pode não ter sido a necessidade de ampliar ou defender o catolicismo com a criação de zonas protegidas do comunismo, mas o envolvimento sincero (e evangélico) de alguns níveis da hierarquia, inclusive bispos (o grupo progressista), com um projeto social novo, que vinha sendo apresentado embrionariamente pelas massas em movimento.

Qualificando de “imprevista” a união dos bispos brasileiros numa conferência, o historiador norte-americano Ralph Della Cava (1978, p. 243), outro brasilianista, é mais um que se equivoca ao afirmar que “a CNBB não tinha precedentes no direito canônico ou na história do catolicismo”. De qualquer modo, sua interpretação acerca das motivações desta fundação insere mais algumas dimensões ao debate:

Seu aparecimento foi, por um lado, uma habilidosa reação à crescente centralização do Estado brasileiro de após-guerra e, por outro, uma resposta às necessidades internas da Igreja de controlar a contínua queda de vocações sacerdotais e a diminuição rápida de sua influência entre trabalhadores, estudantes e intelectuais cada vez mais afastados da Igreja (1978, p.243)

Por outro lado, é o mesmo Della Cava quem propõe a interpretação mais inusitada acerca da orientação do episcopado nordestino, descrita de maneira basicamente instrumental:

Nos anos 1950, (...) os tomistas chocavam-se com os maritanistas em exacerbados debates sobre a necessidade de o catolicismo endossar a democracia liberal, enquanto que prelados do Nordeste empobrecido monopolizavam os mecanismos do poder na CNBB e colaboravam com o Estado para conter os distúrbios rurais. (...) Os progressistas isolaram-se cada vez mais e se agruparam principalmente numa dúzia de prelados da “facção nordestina” da CNBB (1978, p. 243-244) <sup>6</sup>

<sup>6</sup> xNão há espaço aqui para aprofundar tal controvérsia. Resta-nos, apenas, recuperar a posição defendida pelo filósofo leigo Jacques Maritain acerca da relação entre cristianismo e democracia, exposta, entre outras, em sua obra clássica publicada em 1943, e que exerceu grande influência nos rumos do Concílio Vaticano II: “O que importa à vida política do mundo e à solução da crise da civilização não é, de modo algum, pretender que o cristianismo estaria ligado à democracia e que a fé cristã obrigaria cada fiel a ser democrático; é verificar que a democracia está ligada ao cristianismo, e que o impulso democrático surgiu na história humana como uma manifestação temporal da inspiração evangélica” (MARITAIN, 1964, p. 45).

Ora, se procede a afirmação da ausência de regulamentação canônica, o próprio Decreto *Christus Dominus*, do Papa Paulo VI, que a normatizou, reconhecia em 1965 não só a existência de fato como a importância das Conferências Episcopais:

Sobretudo nos nossos tempos, não é raro verem-se os Bispos impedidos de cumprir, de maneira apta e frutuosa, o seu múnus, se não tornam cada vez mais íntima e harmônica a colaboração com os outros Bispos. E como as Conferências episcopais – já constituídas em muitas nações – deram brilhantes provas de tornarem o apostolado mais fecundo, julga este sagrado Concílio que será muito conveniente que, em todo o mundo, os Bispos da mesma nação ou região se reúnam periodicamente em assembleia, para que, da comunicação de pareceres e experiências, e da troca de opiniões, resulte uma santa colaboração de esforços para bem comum das igrejas (PAULO VI, 1965a, § 37).

Com efeito, destituídas de normatização canônica, mas dotadas de efetividade jurídico-organizativa, as primeiras conferências episcopais católicas remontam ao século XIX: a Conferência dos Bispos Alemães foi fundada em 1848 e sua congênere suíça em 1863. Como a Conferência canadense data de 1943 e a Conferenza Episcopale Italiana foi criada em janeiro de 1952, a CNBB, de outubro deste ano, pode ser considerada, de fato e de direito, a quinta conferência episcopal do mundo. Daí em diante várias outras surgiram, como a peruana (1955), a chilena (1957), a inglesa (1958), a nigeriana (1958), a paraguaia (1960), a ugandense (1960), a colombiana (1965).

O período pós-conciliar (isto é, posterior à conclusão do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965) traria uma nova dinâmica a este processo. Como era de se esperar, em 1966, um ano após o citado decreto que convalidou o ministério colegial dos bispos, esse número aumentaria bastante, com a constituição das conferências francesa, norte-americana, espanhola, holandesa e australiana. Por fim, o processo se expandiria para os países árabes (1967) e algumas outras regiões da Europa (a portuguesa em 1967 e a escandinava em 1970), além de ampliar sua presença no continente latino americano, com a criação das conferências uruguaia, em 1967, e venezuelana, em 1972. Por fim, a posição de Scott Mainwaring (1989, p. 66-67) parece-nos a mais ponderada no que concerne à avaliação da conferência episcopal brasileira:

Entre 1955 e 1964 a CNBB era a força mais importante para os impulsos reformistas da Igreja brasileira. [...] Foi uma das primeiras conferências episcopais nacionais do mundo e a primeira da América Latina. Desde o seu princípio, a CNBB tem sido muito importante da Igreja brasileira. Legitimou algumas práticas, desencorajou e até proibiu outras, facilitou a comunicação dentro da Igreja e estimulou ou impediu várias tendências eclesíásticas.

## 2 PROTAGONISMO DO EPISCOPADO NORDESTINO

É recorrente na literatura a menção à relevância do grupo nordestino da CNBB, seja ou não qualificado de progressista ou mesmo de profético. Não deixa de ser surpreendente, aliás, como não foi até então objeto de uma pesquisa mais ampla em termos de origem, composição, mecanismo de coesão, ideário, subdivisão interna, estratégias de ação externa etc <sup>7</sup>. Dele nos dão notícia vários estudiosos da história da Igreja. Tanto Thomas Bruneau (1974, p. 197-198) quanto Márcio Moreira Alves (1979, p. 63-69) chamam a atenção para o fato de que oito dentre os nove fundadores da CNBB eram “nordestinos” (ver *Quadro 1*, a seguir)<sup>8</sup>. As aspas são deles, querendo com isso dizer que o critério não é de nascimento mas de exercício do múnus episcopal<sup>9</sup>. No entanto, uma questão fundamental fugiu aos objetivos do cientista político canadense, “a discussão das razões pelas quais os bispos do Nordeste são mais conscientes dos problemas sociais” (BRUNEAU, 1974, p. 197, nota 5).

Diz Cândido Procópio Camargo (1971, p. 111), um dos mais rigorosos investigadores do fenômeno, ainda que circunscrito à ação do Movimento de Natal<sup>10</sup>: “Como partícipe de um fenômeno global de transformações sociais

<sup>7</sup> Apesar de fundamentais, os trabalhos do professor Newton Darwin de Andrade Cabral (2001; 2008), restringem-se à CNBB Regional Nordeste 2 (isto é, aos bispos de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), não englobando a região como um todo, além de priorizarem um aspecto muito específico, a saber, os embates em torno do modelo de formação eclesial dos seminários, que retomaremos com mais detalhe a seguir.

<sup>8</sup> A exceção ficou por conta do mineiro de Bom Jesus do Amparo Dom Carlos Mota, então cardeal arcebispo de São Paulo. A lista de Alves é quase idêntica à de Bruneau, mas ele se equivoca ao incluir o mineiro Dom José Maria Pires e o paulista Dom Cândido Padin, que somente seriam consagrados bispos de Araçuaí (MG) e auxiliar do Rio de Janeiro em 1957 e 1962, respectivamente.

<sup>9</sup> Bruneau chegou à lista dos bispos fundadores da CNBB após a análise de ampla referência bibliográfica, do levantamento exaustivo do periódico da própria CNBB (*Comunicado Mensal*) e da realização de diversas entrevistas com padres e bispos. Também Kenneth Serbin (2001, p. 98) concorda com esta hegemonia.

<sup>10</sup> Movimento de Natal foi uma expressão criada pelo padre holandês Tiago Gerardo Cloin, então secretário-geral da Conferência de Religiosos do Brasil (fundada em 1954) e futuro bispo de Barra do Rio Grande/BA (1967-1975): “Bispos e religiosos, leigos e leigas, não apenas brasileiros, mas também estrangeiros, (...) afluem, em número sempre maior, à capital do Rio Grande do Norte, para tomar conhecimento daquilo que podemos chamar o “Movimento de Natal”, e que constitui sem dúvida nenhuma a mais bem sucedida experiência pastoral de grande envergadura, em extensão e profundidade, realizada no Brasil” (CLOIN, 1962). Por sua vez, Alceu Ferrari (1968, p. 61) informa que a implantação do Serviço de Assistência a Menores (SAM) em Natal, em 1948, teria ocorrido após uma viagem do padre Eugênio Sales ao Rio de Janeiro, após o que ele “teria conseguido trazer o SAM para Natal”. Resta investigar se Dom Hélder Câmara ou Dom José Távora teriam desempenhado algum papel nesta articulação.

ocorridas no Brasil, a principal função do Movimento [de Natal] consistiu em trazer orientação e forma aos novos processos e às estruturas emergentes”, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), cujo crescimento exponencial se deu a partir da atuação do Movimento, além de diversas organizações comunitárias (Clubes de Jovens, Grupo de Mães, Movimento Familiar Cristão etc.) <sup>11</sup>. Os pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) aventaram a seguinte hipótese para tal proeminência da Igreja Católica brasileira:

Não há como não ver a Igreja, em sua ambiguidade, envolvida nesse período [a década de 1950] *ao mesmo tempo* pelas forças que assumiram dinamicamente a modernização capitalista e que começam a impor em âmbito nacional, via Estado, sua hegemonia econômica e política, e pelas forças populares que, mesmo não dispondo das alavancas do poder econômico, afirmam-se então na luta política e regionalmente conquistam para a sua causa aliados no nível das instituições superestruturais. Tudo leva a crer que foi isso, especificamente, o que ocorreu com determinados setores regionais do episcopado brasileiro, mormente no Nordeste (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1986, p. 366, *itálicos no original*).

---

<sup>11</sup> Foi justamente em Natal que ocorreu, em setembro de 1962, o I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Rurais.

**Quadro 1: Trajetória Sumária dos Bispos Nordestinos Fundadores da CNBB**

<b>Bispo</b>	<b>Formação</b>	<b>Carreira Episcopal</b>	<b>Atuação Eclesial</b>
<b>Carlos Gouveia Coelho</b> João Pessoa (PB) 28/12/1907 † 7/3/1964	Fil./Teol.: João Pessoa; Ord.: 9/2/1930; Cons.: 2/5/1948	bispo de Nazaré (PE) (1948-55), bispo de Niterói (RJ) (1955-60), arcebispo de Olinda e Recife (1960-64)	secr. do bispado de João Pessoa, 1930; vigário em Cajazeiras, PB; dir. do Col. Padre Rolim, Cajazeiras; prof. do Semin. da PB; capelão do Col. Pio X, João Pessoa; dir. do Depto. de Educ., PB; AC
<b>Eugênio de Araújo Sales</b> Acari (RN) 8/11/1920 † 9/7/2012	Fil.: Fortaleza (1937-9); Teol.: Fortaleza (1940-3); Ord.: 21/11/1943; Cons.: 15/8/1954; Cardeal: 28/4/1969	bispo auxiliar de Natal (1954-62), adm. apost. de Natal (1962-4), adm. apost. de São Salvador (1964-8), arcebispo de São Salvador (1968-71), arcebispo do Rio de Janeiro (1971-2001), arcebispo emérito do Rio de Janeiro (2001-12)	coadjutor em Nova Cruz, RN, 1943-4; vigário em Natal, 1944; prof. do Semin. de São Pedro, Natal; prof. da Escola de Serviço Social de Natal; dir. das Obras Sociais da Arquid. de Natal; CEBs de Nísia Floresta; capelão da Polícia Militar do RN; JMC (Natal); STR; MEB
<b>Fernando Gomes dos Santos</b> Patos (PB) 4/4/1910 † 1/6/1985	Fil.: João Pessoa (1927-9); Teol.: Gregoriana (Roma) (1930-2); Ord.: 1/11/1932; Cons.: 4/4/1943	bispo de Penedo (AL) (1943-9), bispo de Aracaju (1949-57), arcebispo de Goiânia (1957-85)	vigário em Cajazeiras, PB, 1933-6; vigário em Patos, PB, 1937-43; COC (1940), JEC e Casa dos Pobres de Patos (PB); AC de Penedo (AL); SAME de Aracaju (1949)
<b>Hélder Pessoa Câmara</b> Fortaleza 7/2/1909 † 27/8/1999	Fil./Teol.: Fortaleza (1923- 31) Ord.: 15/8/1931 Cons.: 20/4/1952	bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1952-64), arcebispo de Olinda e Recife (1964-85), arcebispo emérito de Olinda e Recife (1985- 99)	vigário em Fortaleza, 1931-6; dir. do Depto. de Educ., CE, 1935-6; dir. do ensino de religião da Arquid. do Rio de Janeiro, 1936; téc. de Educação do DF, 1936-7; téc. do Inst. de Pesq. Educac. do DF, 1937-9; téc. do MEC, 1939-46; prof. das Fac. Católicas, 1942; JOC do CE (1931); AC Nacional (1952-62); CJP (1979) (Recife); Movimento de Não- Violência
<b>José de Medeiros Delgado</b> Pombal (PB) 28/7/1905 † 9/3/1988	Fil.: João Pessoa (1923-4); Teol.: Gregoriana (Roma) (1925-7); João Pessoa (1928-9); Ord.: 2/6/1929; Cons.: 29/6/1941	bispo de Caicó (RN) (1941-52), arcebispo de São Luís (1952-63), arcebispo de Fortaleza (1963-73), arcebispo emérito de Fortaleza (1973-88)	capelão em Bananeiras, PB, 1930-1931; vigário em Campina Grande, PB, 1931- 1941; AC (1942) e Casa do Pobre (1943) de Caicó (RN); JOC, JAC, Coop. de Produtores, Coop. Banco Rural, Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana, Semanas Ruralistas, MEB/MA; Banco Popular de Fortaleza
<b>José Vicente Távora</b> Orobó (PE) 19/7/1910 † 3/4/1970	Fil./Teol.: Olinda (1928-34); Ord.: 8/5/1934; Cons.: 25/7/1954	bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1954-8), bispo de Aracaju (1958- 60), arcebispo de Aracaju (1960- 70)	pároco em Nazaré da Mata, PE, 1934-9; pároco em Goiana, PE, 1935; vigário de Olinda e Recife, 1939-41; assessor da Arquid. do Rio de Janeiro, 1941-54; prof. da Fac. de Fil. Santa Úrsula; JOC (1934- 39) e LT (1938) de Nazaré da Mata (PE) (1938); JOC de PE (1939-41); FCOC (1941), JOC e MFC do RJ (1948); JOC nacional; 1º presid. do MEB (1961-70); STRs e Legiões Agrárias em SE
<b>Luís do Amaral Mousinho</b> Timbaúba (PE) 18/11/1912 † 24/4/1962	Fil./Teol.: Gregoriana (Roma); (1930-7); Ord.: 27/3/1937; Cons.: 28/11/1948	bispo de Cajazeiras (PB) (1948- 52), bispo de Ribeirão Preto (SP) (1952-8), arcebispo de Ribeirão Preto (SP) (1958-62)	prof. de Fil. e reitor do Semin. Maior de Olinda, 1939-48; AC
<b>Manuel Pereira da Costa</b> Pocinhos (PB) 12/9/1915 † 25/7/2006	Fil.: São Paulo (1934-36); Tomás de Aquino (Roma) (1938-9); Teol.: Gregoriana (Roma) (1937-40); Ord.: 23/3/1940; Cons.: 15/8/1954	bispo auxiliar da Paraíba (1954- 59), bispo de Nazaré (PE) (1959- 62), bispo de Campina Grande (PB) (1962-81), bispo emérito de Campina Grande (PB) (1981-2006)	prof. de Fil. e Teol., reitor e vice-reitor do Semin. de João Pessoa, 1940-54; AC de João Pessoa

Fonte: Quadro organizado pelo Autor

**Legenda:** AC: Ação Católica; Adm. Apost.: Administrador Apostólico; CEBs: Comunidades Eclesiais de Base; CJP: Comissão de Justiça e Paz; COC: Círculo Operário Católico; Cons.: Consagração; FCOC: Federação dos Círculos Operários Católicos; Fil.: Filosofia; JAC: Juventude Agrária Católica; JEC: Juventude Estudantil Católica; JMC: Juventude Masculina Católica; JOC: Juventude Operária Católica; LT: Legião do Trabalho; MEB: Movimento de Educação de Base; MFC: Movimento Familiar Cristão; Ord.: Ordenação; SAME: Serviço de Assistência à Mendicância; STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Teol.: Teologia.

Também José Oscar Beozzo (1993, p. 157) se refere ao “grupo nordestino capitaneado por Dom Hélder Câmara” e que havia predominado nos primeiros doze anos da CNBB (1952-1964), hegemonia encerrada com o golpe militar. Portanto, não se trata meramente da historicidade (pelo fato de terem sido fundadores) mas da centralidade por eles exercida. Melhor: a proeminência os legitimou a assumirem a fundação e condução da CNBB nos primeiros tempos. Um depoimento gabaritado é o da leiga Marina Bandeira, que foi secretária tanto da ACB quanto da CNBB, diretora-executiva do Movimento de Educação de Base (MEB) por mais de uma década e colaboradora de Dom Hélder Câmara desde 1954, por conta da organização do Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro no ano seguinte. Segundo ela, nesse período “os bispos do Nordeste tomam consciência da injusta situação econômica e social, contribuem para sensibilizar o país e estimular ações governamentais mais coerentes e tecnicamente mais corretas” (BANDEIRA, 1994, p. 245)<sup>12</sup>. Ainda é Bandeira (2010) quem narra:

Esse grupo de bispos nordestinos teve uma posição muito firme. Não seria capaz de dizer qual deles teve influência maior. Todos lutavam contra o problema da seca, contra a exploração dos pobres, defendiam a reforma agrária. Essa foi uma geração de bispos que antecipou o que mais tarde foi definido no Vaticano II. Muitos dizem que o Vaticano II teve uma grande influência na Igreja do Brasil. Sim, teve. Mas em muitas áreas o episcopado brasileiro se antecipou<sup>13</sup>

Segundo Bruneau (1974, p. 198-200),

através da CNBB, os bispos do Nordeste se tornaram os mais estratégicos e proeminentes, tanto no Rio como nacionalmente, mediante as suas declarações, seus programas e movimentos. (...) A CNBB foi a base da nova abordagem da influência da Igreja, [composta] por Dom Hélder e outros bispos do Nordeste da mesma mentalidade, (...) e a ACB, ao mesmo tempo que foi um estímulo para a CNBB, só pôde evoluir por causa dela.

Não à toa, quando ele seleciona quatro dioceses da chamada “Igreja renovada” para uma análise mais minuciosa, três são nordestinas (Olinda e

<sup>12</sup> Em trabalho mais recente, Marina Bandeira (2000) acrescenta que os chamados “bispos nordestinos” assumiram a liderança do episcopado nacional com o beneplácito do então Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, o que nos remete para a ação institucional dos mesmos. Outra fonte preciosa é o depoimento concedido por ela sobre Dom Hélder Câmara e Dom Vicente Távora ao Núcleo de Memória da PUC-Rio (cf. BANDEIRA, 2009).

<sup>13</sup> Em relação à participação dos bispos nordestinos no Concílio Vaticano II, o padre Raimundo Caramuru de Barros (2010), assessor muito próximo de Dom Hélder Câmara, afirma que Dom José Vicente Távora “fez parte do grupo de bispos, principalmente nordestinos, que, de certo modo, empreenderam um esforço de renovação da Igreja, precursora do Vaticano II, quando este Concílio formalizou e estendeu a toda a Igreja Católica esta renovação em todas as suas dimensões”.

Recife, em Pernambuco; Crateús, no Ceará e Salvador, na Bahia), completando o grupo a Diocese de Itabira, então dirigida por Dom Marcos Antônio de Noronha. A coletânea organizada na década de 1980 pela jornalista Helena Salem acerca da chamada Igreja dos Oprimidos confirma a permanência da representatividade nordestina no cenário da Igreja brasileira da libertação: dos dez bispos entrevistados, quatro eram nordestinos: Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Carvalheira, então bispo de Guarabira (PB). Dos demais, três respondiam por dioceses do Sudeste (Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo; Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André/SP e Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda/RJ); duas do Norte (Dom Moacyr Grecchi, bispo da Prelazia do Acre e Purus e Dom Alano Pena, bispo de Marabá/PA) e uma do Centro-Oeste (Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás). Ademais, das cinco Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) escolhidas, duas foram nordestinas (Recife e Crateús), uma nortista (Marabá), uma do centro-oeste (São Félix) e uma do sudeste (Vitória), o que reforça o protagonismo então desempenhado pela Igreja nordestina<sup>14</sup>.

Por outro lado, o episcopado nordestino estava longe de ser um grupo monolítico e suas divisões internas eram de conhecimento público, como o atesta esta provocação de Gilberto Freyre a Dom Hélder Câmara num dos muitos embates verbais ocorridos entre os dois ao longo da década de 1960:

O insigne arcebispo Hélder Câmara (...) atualmente se apresenta como uma espécie de super-arcebispo do Nordeste, embora sejam conhecidas as divergências dos vários srs. Bispos da região, da orientação e das técnicas de ação, por assim dizer políticas, ou parapolíticas, de Sua Excelência (...), donde parece haver, por vezes – ilusão, com certeza – no eminente arcebispo antes um ideólogo-político a serviço indireto de uma causa política (FREYRE, 1966)

O mais acertado seria referir-nos não a um mas a dois “grupos nordestinos”, cujos percursos se cruzaram em meados da década de 1950 para, finalmente, se afastar após o golpe de 1964. De um lado, o grupo hegemonizado pelos nordestinos no Nordeste (Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, sobremaneira) e liderado por Dom Eugênio Sales; do outro, o dos nordestinos

---

<sup>14</sup> Surgidas na década de 1960, as CEBs consistem em pequenos grupos (em torno de 10 a 50 pessoas) de moradores de bairros periféricos ou povoados rurais, organizados comunitariamente para refletir a Palavra de Deus e, a partir daí, reivindicar seus direitos sociais e políticos. Para as dioceses, ver SALEM, 1981, p. 101-152; para as CEBs, ver SALEM, 1981, p. 155-208.

(do Ceará e Pernambuco, em sua grande maioria) no Rio de Janeiro, sob a condução de Dom Hélder Câmara.

O crescimento do primeiro se deu através do Movimento de Natal, como ficou conhecido o conjunto de atividades sociais e religiosas desenvolvidas pela Diocese de Natal (RN) desde 1948. Mesmo reconhecendo a existência anterior de algumas iniciativas eclesiais isoladas no campo social, foi somente a partir daí que um grupo pioneiro de sacerdotes (mais tarde consagrados bispos) iniciou uma série de ações sistemáticas de combate à miséria e ao subdesenvolvimento na região. Os desdobramentos desta percepção seriam cruciais para os rumos da ação social da Igreja Católica no Nordeste, com a fundação, já em dezembro de 1949, do Serviço de Assistência Rural (SAR) em Natal, logo secundado por organizações congêneres nos estados vizinhos (a exemplo do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco/SORPE e do Serviço de Orientação Rural de Alagoas/SORAL), a realização das Semanas Rurais<sup>15</sup>, a implantação da primeira experiência brasileira de escolas radiofônicas (desde a pioneira Emissora de Educação Rural, de 1958) para a educação de base (futuro MEB), o estímulo da Igreja à sindicalização rural (então inexpressiva), a criação da Campanha da Fraternidade em 1963, inicialmente restrita à Arquidiocese de Natal, depois nacionalizada pela CNBB e, por fim, a própria tomada de consciência da necessidade de articulação dos bispos da região para uma efetiva coordenação daquele conjunto de ações.

Como se não bastasse esse caudal de inovações, no início da década de 1960, diante do crônico problema da carência de sacerdotes para o trabalho de evangelização, Dom Eugênio Sales, então administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, patrocinou a experiência pastoral de Nísia Floresta (nas cercanias da capital potiguar), por meio da qual religiosos e leigos constituíram comunidades de oração, de culto e de vida nos meios populares, naquilo que é tido como um dos embriões das CEBs, como ressaltamos no item anterior.

Não é tarefa pacífica qualificar o Movimento de Natal. Para alguns de seus estudiosos, “a experiência de Natal constituiu exemplo e estímulo para a formação de uma consciência renovada das funções da Igreja Católica no Nordeste” (CAMARGO, 1971, p. 91). Para outros, “a eclosão do Movimento de Natal é seguramente um efeito da graça do Senhor, obtida sem dúvida por todos

---

<sup>15</sup> De inspiração francesa, no Brasil, e mais especificamente no Nordeste, tais Semanas Sociais ganharam um caráter maciçamente popular.

aqueles que rezaram e rezam pelo povo bom do Nordeste” (COLLARD, 1964, p. 82). De acordo com um de seus mais reputados estudiosos, Cândido Procópio Camargo (1971, 91-92),

a inovação trazida pelo Movimento de Natal foi a ação prática e a visão globalizante que exerceu e que veio mostrar, na conjuntura do país, perplexo pelas alternativas de organização política e social, a viabilidade de uma solução coerente com o pensamento social da Igreja, beneficiada por seu prestígio e organizada sob seu controle”. (...). A tomada de consciência da problemática nordestina, nos moldes realizados pelo Movimento de Natal e incorporados pelo Secretariado dos Bispos do Nordeste, apresentou-se como estímulo à ação governamental. O nível ideológico centrista que a caracterizou (a um tempo reformista e anticomunista) foi politicamente viável e oportuno para as correntes dominantes no Brasil até março de 1964.

No entanto, o próprio Camargo (idem, p. 102-103) nuança esta postura ideológica, reconhecendo que a constante crítica do Movimento de Natal

procurava não se confundir, entretanto, com um anticomunismo que parecesse insensível às mudanças sociais consideradas necessárias e desejáveis. Assim, frequentemente, ao condenar o comunismo remontava às suas causas, como sendo as condições de subdesenvolvimento, e condenava igualmente, como que explicitando um esforço centrista consciente, o “capitalismo liberal”

Alguns documentos produzidos no período ajudam a apreender o discurso produzido pelo Movimento de Natal, como a Circular da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, Natal, 10 jun. 1962, que comentava o cenário eleitoral daquele momento:

Condenamos a inclusão de elementos comunistas como também os que dificultam a justiça social e a aplicação da Doutrina Social da Igreja (...). É necessário que fique bem claro não ser o marxismo o único mal. O capitalismo liberal, com uma mentalidade burguesa e egoísta, é tão prejudicial à Igreja e à sociedade como o comunismo (apud CAMARGO, 1971, p. 103)

Ou o jornal da própria Arquidiocese de Natal, *A Ordem*, em sua edição de 15 de dezembro de 1962:

O comunismo é um erro, e os erros devem ser combatidos. Admitimos, portanto, uma tomada de posição anticomunista. Mas não podemos tolerar sem um protesto e um combate também um anticomunismo que, na realidade, implica a continuação desta ordem social em que vivemos, injusta, imoral, desumana, criminosa, ateia, pecadora e retrógrada (apud CAMARGO, 1971, p. 103)

Numa interpretação um tanto reducionista, Safira Ammann compreende o desenvolvimento de comunidade no Brasil, sobretudo no Nordeste, enquanto um “instrumento de despolitização”. Segundo ela, a CNER, órgão responsável

pela criação e orientação de centros sociais no país, baseava suas ações no pressuposto filosófico do chamado “otimismo pedagógico”, segundo o qual a educação de base seria capaz de superar os problemas da “marginalidade social” e do “atraso cultural” das populações camponesas brasileiras, escamoteando, assim, “a questão rural, deslocando-a para o nível dos indivíduos e da comunidade local, ao invés de abordá-la no contexto estrutural societário, onde residem as verdadeiras raízes da problemática” (AMMANN, 1992, p. 49)<sup>16</sup>. Não cabe no escopo deste artigo aprofundar a crítica de Safira Ammann, mas podemos desde já enriquecer esta hipótese com a admissão do caráter dinâmico do próprio Movimento de Natal, cujo caráter paternalista inicial foi reconhecido pelos próprios dirigentes, a começar por Dom Eugênio Sales, em virtude da inexperiência organizativa, escassez de pessoal qualificado e predomínio de ações de caráter emergencial. É preciso, contudo, retomar o caráter dinâmico do Movimento de Natal:

Brotando do assistencialismo tradicional, o “Movimento de Natal” foi suscitando em seus agentes, na medida em que se empenhavam em melhorar o mundo social de que eram parte, uma visão cada vez mais ampla e integrada dos problemas sociais e do processo de desenvolvimento socioeconômico, levando-os a uma multiplicidade de programas de ação tanto na esfera religiosa como na temporal – educação de base, sindicalismo, extensionismo, cooperativismo, clubes de jovens, de mães, formações de líderes, conscientização religiosa e política etc. (...) A ideologia, a estratégia e os métodos preferenciais do movimento se elaboraram através de um processo histórico, aperfeiçoando-se de modo gradual e forjando a consciência coerente e integrada de seu sentido e alcance no panorama nordestino (CAMARGO, 1971, p. 67; 105)

Paralelo a isso, no centro do país, mais especificamente no Rio de Janeiro, a nova dinâmica adquirida pela ACB após 1948, quando transitou do modelo corporativo italiano (que dividia o laicato em homens, mulheres, jovens e adultos) para o especializado franco-belga (cuja inserção se fazia pelos vínculos sociais, nucleando os militantes em estudantes secundaristas, universitários, operários e camponeses), permitiu que um grupo de jovens, quase todos assistentes eclesiais dos vários ramos da ACB (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC)<sup>17</sup>, se articulasse em torno de Dom Hélder Câmara e fundasse a CNBB, a partir da

<sup>16</sup> Assim como as escolas radiofônicas potiguares se inspiraram na experiência colombiana, as Missões Rurais do CNER basearam-se nas Missões Culturais mexicanas.

<sup>17</sup> Ver Nota 4.

qual a Igreja Católica brasileira assumiu uma nova postura no cenário das lutas sociais do país<sup>18</sup>.

Outro intelectual católico muito importante do laicato de então, Luiz Alberto Gómez de Souza (1994, p. 183-184) chama a atenção para a estreita conexão entre a Ação Católica e a inflexão da Igreja brasileira: “a pressão de alguns assistentes eclesiais, dirigentes leigos e a influência marcante dos padres Hélder Câmara e José Távora (...) conduziram o movimento, em 1950, para o modelo especializado”. Indubitavelmente, o fato de ambos terem ocupado postos influentes nesta nova fase da Ação Católica (o cearense Dom Hélder foi assistente nacional da ACB entre 1952 e 1962, enquanto o pernambucano Dom Távora era assistente nacional da JOC), participarem ativamente da fundação da CNBB (em 1952) e terem se tornado bispos auxiliares de Rio de Janeiro ainda na primeira metade da década de 1950 (Dom Hélder neste ano crucial de 1952, Dom Távora dois anos depois), vai lhes conferir uma posição privilegiada neste rico processo de simbiose ACB/CNBB.

Não podemos desconsiderar o peso que o cardeal Jaime de Barros Câmara teve no processo, ainda que indiretamente. Não foi coincidência o fato deste catarinense (filho de baiana), que havia iniciado sua trajetória episcopal como primeiro bispo de Mossoró (RN) entre 1936 e 1941, ter recebido como bispos auxiliares da Arquidiocese do Rio de Janeiro, por ele assumida em 1943, nada menos que dois bispos nordestinos: Dom Hélder Câmara (de 1952 a 1964) e Dom José Távora (de 1954 a 1958). A propósito, na sua viagem de Belém (onde foi arcebispo por apenas dois anos) ao Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara fez questão de passar por Mossoró “para acertar os detalhes de sua posse na Arquidiocese do Rio de Janeiro e, na oportunidade, hospedou-se no Seminário de Mossoró” (BARROS, 2010). A aproximação entre Câmara e Távora, fundamental para os rumos da Igreja católica nas décadas seguintes, ocorreu por conta da preparação do Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro:

Quando Dom Jaime Câmara pediu que o então padre Hélder organizasse o Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, ele e Dom Távora ficaram mais amigos ainda. Padre Távora ajudava na comunicação com a imprensa, mas sem se descuidar de seu trabalho com os operários; ele apoiava greves e tinha

---

<sup>18</sup> Para o Movimento de Natal, consultar COLLARD (1964), FERRARI (1968) e CAMARGO (1971). Para a Ação Católica, ver SOUZA (1984). Uma boa visão de conjunto do processo é oferecida por Scott Mainwaring (1989).

solidariedade com os trabalhadores. Em 1954, a Ação Católica já estava especializada e sob a responsabilidade de Dom Hélder, enquanto a JOC funcionava sob a coordenação de Dom Távora (BANDEIRA, 2010)<sup>19</sup>.

Não deduzamos, porém, uma identidade plena entre Dom Jaime Câmara e seus dois bispos auxiliares nordestinos. Inicialmente, até parecia haver uma divisão harmônica de funções: o arcebispo dedicava-se prioritariamente à relação com o clero e as paróquias enquanto os auxiliares diretos assumiam os setores específicos da Arquidiocese. No entanto, na medida em que a posição de ambos foi se fortalecendo, sobretudo após a fundação da CNBB, na qual foram protagonistas, e sua atuação se radicalizando, o cardeal se afastou de seus antes diletos bispos auxiliares e tratou de transferi-los (para bem longe...), impedindo qualquer possibilidade de sucessão. Quem conta a história é Marina Bandeira, muito próxima de ambos:

Nas conversas que tinham com frequência, Dom Hélder e Dom Távora verificaram que, em outros países, os bispos de arquidioceses grandes como a do Rio de Janeiro tinham tarefas distribuídas em regiões da cidade, ou seja, cada bispo auxiliar morava em uma determinada região: zona sul, zona oeste, zona leste etc. para conhecer melhor as comunidades e reuniam-se, uma vez por semana, com o cardeal. Padre Távora levou essa ideia a Dom Jaime, que ficou aborrecidíssimo porque achou que estavam querendo tirar sua autoridade. Esse episódio é muito sério porque, a partir desse momento, Dom Jaime disse que não queria mais Dom Távora como bispo auxiliar – por este motivo ele foi transferido para o Nordeste e, então, nomeado bispo de Aracaju (BANDEIRA, 2010)<sup>20</sup>

Ironicamente, Dom Jaime Câmara iria utilizar sua posição na CNBB (que presidiu entre 1958 e 1963) para limitar a atuação de dois de seus articuladores: Dom Távora, em 1958, através da transferência para Sergipe, e Dom Hélder, em 1962, no episódio da ACB, e dois anos mais tarde, mediante a transferência para Pernambuco.

Um pouco depois da fundação da CNBB, por volta de 1956, podemos falar de uma atuação conjunta dos dois grupos, afinados que estavam à perspectiva reformista e de colaboração com o Estado nacional-desenvolvimentista de então, da qual o fruto mais expressivo foi, sem dúvida alguma, a fundação da

<sup>19</sup> O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional aumentou a influência de Dom Hélder Câmara entre as elites sociais e empresariais e o projetou como o mais dinâmico e querido bispo do Brasil. “A partir de então, dom Hélder tornou-se um dos principais conselheiros de Juscelino Kubitschek”.

<sup>20</sup> De qualquer modo, “mesmo quando bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Távora sempre se alinhou com os bispos nordestinos que lideravam a renovação da Igreja nesta Macrorregião” (BARROS, 2010).

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, após diversos encontros (os mais importantes realizados em Campina Grande/PB, em maio de 1956, e Natal, exatos três anos depois) entre grupos da Igreja (bispos, padres e assessores) e do governo (políticos e técnicos)<sup>21</sup>. É mais uma vez Bruneau (1974, p. 155) quem ressalta o protagonismo eclesial: “Foram os bispos, e não os técnicos, que primeiro propuseram um plano global para a área, com recomendações específicas quanto aos seus aspectos e caráter geral”. Foi aquele grupo episcopal, articulado pelo secretário-geral da CNBB, Dom Hélder Câmara, que propôs ao presidente Juscelino Kubitschek a elaboração de um plano econômico e social para a região Nordeste, o que terminou por resultar na Operação Nordeste (Openo) e, depois, na própria Sudene. Um trecho da Declaração publicada pelos Bispos do Nordeste (1959, p. 17) dá bem o tom dessa atuação:

Nós, bispos da Santa Igreja, temos bem presente a missão que Deus nos confiou, de ordem sobrenatural e de destinação eterna; mas, tendo de agir não junto a puros espíritos, mas a criaturas humanas, de corpo e alma, e lembrados da repercussão, sobre a alma, de tudo o que atinge o corpo, também afirmamos nosso direito e dever de interessar-nos pela situação temporal do povo, sobretudo em área subdesenvolvida como o Nordeste.

Por volta do biênio 1961-1962 já se pode o início da ruptura da coesão do grupo e conseqüente perda de hegemonia: por ocasião da radicalização das posturas da JUC, inserindo-se cada vez mais nas estruturas da UNE, atingiu seu ponto culminante no I Seminário Nacional de Reforma Universitária (Salvador, maio de 1961), quando combateu o projeto da Lei de Diretrizes e Bases defendido abertamente pela hierarquia. No mês seguinte, o já arcebispo de Natal Dom Eugênio aproveita a reunião do XI Conselho Nacional da JUC, ocorrido em Natal, para desvincular a representação diocesana da direção nacional, sob a alegação de desvio ideológico.

Em outubro de 1961 a JUC é admoestada oficialmente pelo episcopado e, já em 1962, Dom Hélder Câmara é afastado do cargo de assistente nacional da Ação Católica, tendo sido substituído pelo beneditino Dom Cândido Rubens

<sup>21</sup> Uma boa reconstrução “técnica” desse episódio está em Celso Furtado (1989). A propósito, a cidade de Campina Grande, onde era vigário o então padre Severino Mariano de Aguiar, foi escolhida como sede do Primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, voltado para o debate sobre o compromisso cristão diante da questão social brasileira e, em especial, sobre a questão nordestina, por constituir-se num centro efervescente de debates sobre a temática social à luz da Doutrina Social da Igreja. No ano seguinte, padre Mariano, foi sagrado bispo pelas mãos do próprio Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi e nomeado bispo diocesano de Pesqueira (PE), posto que ocupou até sua resignação, em 1980.

Padin, nessa época igualmente bispo auxiliar do Rio de Janeiro e assistente da ACB, o que sugere uma indicação de Dom Jaime Câmara. Não havia mais espaço para conciliação: mais e mais militantes jucistas abandonam o movimento e ingressam na recém-fundada Ação Popular (AP), de progressiva tendência maoísta.

Após o golpe civil-militar de 1964 as trajetórias se distanciam irreversivelmente. O golpe desorganiza o Movimento de Natal, já que muitos dos seus líderes leigos são presos por conta da luta em prol da reforma agrária. Curiosamente, enquanto o líder do Movimento de Natal sai da capital potiguar em 1964 (levaria os sete anos seguintes como arcebispo da São Salvador para, a partir de 1971, retirar-se do Nordeste e não mais retornar), Dom Hélder Câmara volta justamente neste ano, para não mais sair (inicialmente nomeado para São Luís, com a morte do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho, Pernambuco será seu lar derradeiro)<sup>22</sup>. Daí em diante, os mais expressivos membros da segunda fração assumem sedes episcopais da Regional Nordeste da CNBB<sup>23</sup> e, já no contexto da repressão, que extrapola os marcos temporais deste artigo, sua atuação vai se revestindo de um progressivo caráter crítico, a ponto de transformar esta parcela da Igreja brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, numa das mais combativas forças de resistência e contestação tanto ao regime político ditatorial quanto ao modelo econômico capitalista excludente<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Apesar de discordar da distinção essencial entre Dom Hélder e Dom Eugênio (“são amigos íntimos, dizem concordar um com o outro quanto aos objetivos, embora trabalhem diferentemente”), que ele recorda ter sido acusado por deputados potiguares de comunista e ser conhecido como “bispo socialista”, Thomas Bruneau (1974, p. 311-312) admite a progressiva diferenciação da atuação de ambos, comprovada por uma série de atitudes tomadas por Dom Eugênio, como o fechamento, pouco depois de ter chegado à Bahia (em 1966), da JUC na Arquidiocese, por conta do seu envolvimento político.

<sup>23</sup> O modelo de regionalização só foi adotado em 1962, uma década após a fundação da CNBB, como resultado da avaliação de que a estrutura centralizada não favorecia a ação eficaz num país tão grande e diverso. No entanto, a CNBB Regional Nordeste, agrupando os nove Estados e com sede em Natal, durou apenas dois anos (1962-1964), sendo logo aperfeiçoada para a subdivisão, até hoje adotada: de 1965 a 1980, vigorou a organização em três Regionais, o Nordeste 1 (englobando Ceará, Maranhão e Piauí, com sede em Fortaleza), o Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Nordeste, com sede em Recife) e o Nordeste 3 (Bahia e Sergipe, com sede em Salvador), mais tarde modificada no que diz respeito ao Regional Nordeste 1, subdividido em 1980 em dois (o Nordeste 1 propriamente dito, correspondente ao Ceará e sediado em Fortaleza, e o novo Nordeste 4, representando Maranhão e Piauí e com sua sede em Teresina) e, mais uma vez, em 1990, com a criação do Nordeste 5 (correspondente ao Maranhão, sede em São Luís), ficando o Nordeste 4 restrito ao Piauí (e sediado em Teresina, evidentemente). Segundo Cândido Camargo, o modelo de regionalização da CNBB foi sugerido inicialmente por Dom Eugênio Sales em 1962, daí porque sua primeira sede foi Natal. Posteriormente, a CNBB aprovou e estendeu a experiência dos secretariados regionais a todas as dioceses brasileiras. Ver CAMARGO, 1971, p. 91.

<sup>24</sup> De mais a mais, a posição de núcleo pensante da CNBB não parece ter sido perdida de todo pelo grupo nordestino logo após seu deslocamento da direção da entidade, em 1964. Apesar de ultrapassar os limites temporais deste artigo, convém lembrar que o segundo Plano de Pastoral de Conjunto, válido para o quinquênio 1966-1970, foi redigido pelo padre cearense Raimundo Caramuru de Barros, da Diocese de

### 3 OS BISPOS FUNDADORES

Pretendemos, no âmbito deste artigo, analisar a trajetória deste grupo de bispos nordestinos fundadores, compreendidos numa dimensão coletiva, a partir de quatro aspectos fundamentais: (1) *Formação* (sobretudo aquela vivenciada nos Seminários), (2) *Conversão* (momento crucial na inflexão profética), (3) *Pregação* (através de seus documentos coletivos e demais escritos) e (4) *Ação* (seja junto a grupos da Ação Católica, das Pastorais Sociais ou dos movimentos sociais em geral). Na definição destes eixos como balizadores das trajetórias episcopais seguimos de perto as ponderações de Márcio Moreira Alves (1979, p. 86), crítico ácido das “análises voluntaristas e imprecisas” acerca do episcopado brasileiro, “generalizações que escondem mais do que explicam, [...] (pois) nenhuma é baseada em observações rigorosas, na exegese das declarações dos bispos que dizem respeito aos problemas do país, no seu comportamento de classe, ou na contraposição de ideias”.

A primeira constatação relativa à composição do episcopado nordestino fundador diz respeito a sua origem predominantemente interiorana, já que apenas dois (25%) destes bispos nasceram em capitais: João Pessoa (Dom Carlos Gouveia Coelho) e Fortaleza (Dom Hélder Câmara). São das pequenas cidades do interior nordestino que emergem preferencialmente estes bispos: a potiguar Acari, as paraibanas Patos, Pombal e Pocinhos e as pernambucanas Orobó e Timbaúba. Estaria aqui a se confirmar um dos postulados básicos da Sociologia do Profetismo? Efetivamente, num texto bastante esclarecedor acerca das perspectivas teóricas e do método de análise da Sociologia da Religião de Max Weber, um de seus mais qualificados comentadores, Reinhard Bendix, recupera uma das conclusões que bem podem servir de hipótese acerca da incidência do profetismo entre os bispos nordestinos fundadores da CNBB no período analisado neste ensaio. Segundo Weber (apud BENDIX, 1986, p. 218),

os grandes líderes religiosos tinham atuado em áreas urbanas, mas não nos grandes centros culturais do mundo. Ele associava essa generalização à ideia de que os homens desses centros culturais acreditavam ou supunham que conheciam as respostas e não eram mais capazes de fazer perguntas de significado religioso profundo, porque se haviam envolvido nas técnicas da civilização. Somente os homens que não estivessem envolvidos nisso, mas cujos interesses principais fossem influenciados pelos centros culturais, conservavam a

---

Mossoró (RN). Tratava-se, evidentemente, de uma tentativa de ajuste da Igreja brasileira ao Concílio que acabava de ser encerrado, tanto é que sua aprovação ocorreu numa Assembleia Extraordinária da CNBB ocorrida em Roma (Ver CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1966, p. 2). Para a redação do documento, ver PORTO, 2007, p. 34-35.

capacidade de se surpreender com os acontecimentos e de questionar seu significado.

O grande sociólogo alemão observou que os conceitos religiosos novos nunca têm origem nos grandes centros das civilizações e sim nas áreas adjacentes a esses centros e sujeitas a sua influência:

um pré-requisito para a concepção de novas ideias religiosas é o de que o homem não tenha ainda desaprendido como enfrentar o curso dos eventos do mundo com perguntas próprias. É precisamente o homem que está distante dos grandes centros culturais que tem condições de assim reagir, quando a influência de tais centros começa a afetar ou a ameaçar seus interesses fundamentais (WEBER, apud BENDIX, 1986, p. 193)

Outra variável a ser considerada é a etária. Em 1961, ano para o qual dispomos de um rigoroso estudo acerca do episcopado brasileiro, e em que todos os oito bispos nordestinos fundadores da CNBB estavam vivos (Dom Luís do Amaral Mousinho morreria no ano seguinte), a faixa etária média deles era de exatos 50 anos, um pouco abaixo da média nacional, então em 53 anos<sup>25</sup>. Todavia, esta juventude dos bispos nordestinos fundadores da CNBB fica mais acentuada quando levamos em consideração a idade média de elevação ao episcopado (menos de 38 anos), quando menos de um terço dos 174 bispos brasileiros haviam sido consagrados. Contribuiu bastante para isto o fato de fazerem parte desta amostra dois dos bispos mais jovens do país: Fernando Gomes dos Santos e Eugênio de Araújo Sales, ambos elevados a tal dignidade aos 33 anos<sup>26</sup>.

Uma última conclusão importante é, sem dúvida alguma, o peso considerável da formação doméstica, isto é, ocorrida nos próprios seminários nordestinos, desta geração nordestina fundadora. Adotaremos aqui a noção proposta por Keneth Serbin (1992), de compreender os Seminários como fonte de um catolicismo disciplinado e lugar de reprodução social do clero, confrontando-a, é claro, com a inflexão provocada pela conversão profética. Assim, o fato de metade destes prelados terem se formado exclusivamente em

<sup>25</sup> As idades eram as seguintes: José de Medeiros Delgado (56 anos), Carlos Gouveia Coelho (54 anos), Hélder Pessoa Câmara (52 anos), Fernando Gomes dos Santos (51 anos), José Vicente Távora (51 anos), Luís do Amaral Mousinho (49 anos), Manuel Pereira da Costa (46 anos) e Eugênio de Araújo Sales (41 anos). Cf. GREGORY, 1965, p. 178. Então diretor- executivo do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), organismo vinculado à CNBB, o padre Afonso Felipe Gregory seria mais tarde bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1979-1987), bispo de Imperatriz (MA) (1987-2005) e bispo emérito de Imperatriz (MA) (2005-2008).

<sup>26</sup> Além deles, são as seguintes as idades de consagração: José de Medeiros Delgado (35 anos), Luís do Amaral Mousinho (36 anos), Manuel Pereira da Costa (38 anos), Carlos Gouveia Coelho (40 anos), Hélder Pessoa Câmara (43 anos) e José Vicente Távora (44 anos). Ver GREGORY, 1965, p. 178.

seminários da região não apenas favorece a pesquisa documental como também estimula a reflexão em torno da construção de laços prévios de solidariedade e da importância dessa convivência para a coesão e relevância assumida pelo grupo nordestino ao interior da CNBB.

De fato, somente Dom Luís Mousinho fez toda sua formação em universidades do exterior, enquanto Dom Fernando Gomes, Dom José Delgado e Dom Manuel Pereira fizeram o Filosofado no Brasil e o Teologado na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), da Companhia de Jesus, em Roma, o que aumenta a importância dos Seminários da Prainha, em Fortaleza, e da Imaculada Conceição, em João Pessoa, enquanto espaços primários de coesão dos bispos nordestinos fundadores da CNBB.

Começamos pelo mais velho do grupo, o paraibano José de Medeiros Delgado, nascido em 1905, que fez sua formação entre João Pessoa, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição/SAPIC (Filosofia, 1923-1924), e Roma, na PUG (Teologia, 1925-1927), retornando a João Pessoa para concluir a Teologia (1928-1929), por motivos de saúde, tendo se ordenado em 1929. Assim, é provável que tenha convivido bastante no SAPIC com dois outros paraibanos do grupo: Carlos Gouveia Coelho, apenas dois anos mais velho, que fez toda sua formação superior (Filosofia e Teologia) em João Pessoa, ordenando-se um ano depois de José Delgado, e Fernando Gomes dos Santos, mais novo que os anteriores (nasceu em 1910), e que aí esteve entre 1927 e 1929 para estudar Filosofia, após o que se transferiu para a PUG, onde concluiu a Teologia (1930-1932) e se ordenou.

Ao chegar à capital italiana, em 1930, Fernando Gomes pode ter travado contatos estreitos com o pernambucano Luís do Amaral Mousinho, que havia chegado justamente naquele ano e aí permaneceria até sua ordenação, em 1937. Completando o grupo dos formados na Universidade jesuítica, o mais jovem dos fundadores da CNBB, nascido em 1915, e também paraibano, Manuel Pereira da Costa, após concluir o curso de Filosofia em São Paulo (1934-1936), viaja para Roma, onde estuda Teologia na PUG entre 1937 e 1940 (com uma passagem pela igualmente romana Universidade Tomás de Aquino, entre 1938 e 1939), ordenando-se em 1940.

Entre o grupo dos formados domesticamente os contatos podem ter sido apenas indiretos, já que o cearense Hélder Pessoa Câmara e o pernambucano José Vicente Távora, apesar de quase da mesma idade (o primeiro, de 1909; o

segundo, de 1910), estudaram nos seus respectivos estados de origem: Hélder Câmara no Seminário Episcopal do Ceará, mais conhecido como Seminário da Prainha, em Fortaleza, entre 1925 e 1931, quando se ordenou; José Távora no Seminário de Olinda, entre 1928 e 1934, ano de sua ordenação. A aproximação de ambos ocorreria somente no Rio de Janeiro, para onde ambos seriam transferidos: Hélder Câmara, em 1936; José Távora, cinco anos depois<sup>27</sup>.

Por outro lado, o único potiguar, e caçula do grupo (nascido em 1920), Eugênio de Araújo Sales, apesar de não ter conviado com o já padre Hélder Câmara, seguramente recebeu sua influência, não apenas pela atuação deste como vigário de Fortaleza entre 1931 e 1936 mas sobretudo pelas marcas deixadas em sua passagem pelo Seminário da Prainha, onde Eugênio Sales estudou Filosofia (1937-1939) e Teologia (1940-1943), já que Hélder Câmara havia fundado aí o grêmio São João Crisóstomo e o Centro de Estudos Filosóficos e Sociais São Tomás de Aquino, os principais agrupamentos do corpo discente<sup>28</sup>.

Em termos de trajetória e formação, outro tópico a ser tematizado concerne à carreira pretérita dos bispos, isto é, os cargos ocupados pelos padres antes de serem consagrados. Na pesquisa realizada em 1966 acerca do episcopado brasileiro, Godofredo Deelen (1967) comprovou que 63 (34%) haviam sido párocos e curas da catedral, 26 (14%) reitores ou vice-reitores de Seminário, 25 (13%) provinciais ou vice-provinciais de sua Ordem, 19 (10%) administradores apostólicos e 17 (9%) vigários gerais. Estas eram as carreiras preferenciais, contrapostas a cargos sem maior expressão, como assistente eclesiástico da Ação Católica (que produziu apenas quatro bispos, ou 2% do total), diretor de jornal ou revista (ocupação precedente de dois bispos, ou 1% do total) e missionário popular (função exercida anteriormente também por dois bispos, ou 1% do total).

<sup>27</sup> O padre Câmara foi para o Rio de Janeiro a convite de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, a princípio para lecionar nas recém-fundadas Faculdades Católicas, posteriormente convertidas em Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Já o padre Távora foi requisitado pelo mesmo cardeal, que havia reconhecido seu potencial mobilizador no III Congresso Eucarístico Nacional (Recife, 1939), quando liderou mais de 500 operários, e pretendeu levá-lo para assegurar uma presença evangelizadora da Igreja junto às classes trabalhadoras da então capital da República. Ver NASCIMENTO FILHO, 2008, p. 34-36; BARROS, 2010.

<sup>28</sup> Sobre a importância destes grupos, ver José Ernane Pinheiro (2009, p. 35), que estudou no Seminário da Prainha na segunda metade da década de 1950 e, uma vez ordenado, trabalhou durante quase vinte anos ao lado de Dom Hélder Câmara.

Debruçando-se sobre estes dados, Márcio Moreira Alves (1979, p. 85) conclui de maneira peremptória: “Ser assistente de organizações laicas também parece contar negativamente para a promoção”. Por seu turno, a análise da trajetória sumária dos oito bispos selecionados indica que cinco deles (ou 62,5% da amostra) foram assistentes eclesiais de organizações locais (Círculos Operários, Ação Católica ou MEB), o que dá bem o tom do caráter diferenciado destes bispos nordestinos.

O segundo aspecto relevante se refere a um ponto decisivo na inflexão profética, a Conversão. Trata-se de um momento crucial nesta trajetória, a do Chamado: “O mandato que o profeta recebe é essencial; via de regra há ‘chamado’ distinto. O mandato pode ser limitado, e nesse caso também o será a autoridade concomitante” (WACH, 1990, p. 416). Por outro lado, com a conversão instaura-se um “novo universo significativo”, no dizer de Rubem Alves (1984, p. 131). Inspiramo-nos aqui na intuição de José de Souza Martins (1994), ao considerar as “conversões” (“voltar-se para”) de religiosos e leigos de forma coletiva, enquanto movimento de Igreja, e não como um processo individual. Os casos de conversão entre os bispos nordestinos fundadores são expressivos, a começar pela célebre transmutação do Dom Hélder Câmara (1966) integralista, por ele assim exposta: “Tive, na juventude (pecados da mocidade!), rápida experiência político-partidária, da qual Deus me livrou de maneira total”.

Um sinal de conversão recorrente entre estes prelados será a recusa à dignidade nobre dos palácios episcopais, como o fizeram Dom Hélder Câmara, que foi morar numa pequena residência e Dom José de Medeiros Delgado, que vendeu o Palácio do Bispo à Municipalidade em 1973, “escandalizando muitos paroquianos”<sup>29</sup>. Neste ponto, as conversões ideológicas também ganham destaque, de modo a dar conta de episódios como o de Dom Fernando Gomes, assumido anticomunista no início da carreira (MEDEIROS, 2007, p. 127).

Aqui também podemos pensar em termos de “segundas” e “terceiras” conversões ou, melhor que isso, nos vários momentos de um processo de conversão, como propõe Serbin (2001, p. 118) para entender as mudanças

---

<sup>29</sup> Ver “Dom José, renúncia”, **Veja**, São Paulo, n. 235, p. 51, 7 mar. 1973. Apesar do tom mais respeitoso desta reportagem, não raro a revista **Veja** tratava tais iniciativas com ironia, como nesta pequena matéria de 1971: “Vende-se palácio no centro de Fortaleza, com 2.600 metros quadrados de área construída, num terreno de 22 hectares, com sítio, piscina e água corrente durante todo o ano. [...] Quem estiver interessado e tiver 3,8 milhões de cruzeiros pode procurar Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de Fortaleza, que deseja abandonar seu aristocrático palácio para ir viver numa pequena casa”. Ver **Veja**, São Paulo, n. 142, p. 17, 26 mai. 1971.

ideológicas vivenciadas por Dom Hélder Câmara: quando abandonou o integralismo no Rio de Janeiro (1936), quando iniciou a cruzada contra a pobreza (1955) e quando firmou o Pacto das Catacumbas (1965)<sup>30</sup>. Realmente, uma das conversões mais frequentes parece ser a de militante anticomunista em comprometido com a justiça social, a ponto de ser identificado como integrante da “esquerda católica”. Todavia, para não perder de vista a proposta de José de Souza Martins, antes que processos individuais, procuraremos refletir tais conversões inseridas nos conflitos sociais vivenciados por tais prelados.

Como nos ensinou Weber (1994, p. 307), é própria dos profetas a efetiva prédica emocional, seja oral ou na forma de panfletos, que “estão sempre mais próximos dos demagogos ou dos publicistas políticos do que do ‘afazer’ de um mestre”. Com isso, adentramos no terceiro aspecto escolhido, a Pregação, na medida em que pretendemos recuperar e sistematizar o ideário desta parcela especialíssima do episcopado nordestino de meados do século XX. Retomando a noção tão adequada a este grupo de prelados, o profeta está sempre presente onde “há a anunciação de uma verdade religiosa de salvação em virtude da revelação pessoal. Esta constitui, para nós, a característica decisiva do profeta” (WEBER, 1994, p. 307). Uma vez que não é um adivinho, a preocupação do profeta não é predizer o futuro e sim pregar: “Ele fala, portanto, conforme a necessidade do seu povo” (BOUZON, 2002, p. 41), anunciando sua mensagem “dentro de uma situação histórica bem concreta” (ZILLES, 1973, p. 172).

Neste ponto, um lugar de realce será ocupado pelos documentos coletivos dos bispos nordestinos, mais do que por suas Cartas Pastorais, na medida em que aquelas permitem apreender de maneira mais apurada a dimensão coletiva de suas concepções. Como percebeu Bruneau (1974, p. 144),

foi também no Nordeste que a Igreja reagiu primeiro e mais positivamente às ameaças. Os manifestos dos bispos, nesse período, são ilustrativos. Os mais progressistas surgiram no Nordeste (os de Natal) em 1951 e Campina Grande em 1956 e, de novo, em Natal, em 1959; Houve poucos manifestos semelhantes no resto do Brasil, e só muito mais tarde. [...] Assim, enquanto os bispos do Nordeste, sentindo-se ameaçados por toda sorte de inimigos se tornaram

<sup>30</sup> O Pacto das Catacumbas foi um documento redigido por um grupo de padres participantes do Concílio Vaticano II no dia 16 de novembro de 1965, pouco antes da conclusão do Concílio. Por este documento de treze itens, firmado na Catacumba de Domitila, em Roma, eles comprometeram-se a levar uma vida de pobreza, rejeitar todos os privilégios e símbolos de poder (trocando a cruz de metal pelo anel de madeira e renunciando às insígnias episcopais, por exemplo) e colocar os pobres no centro do seu ministério pastoral. Entre os quarenta padres signatários, nada menos que três fazem parte do nosso grupo pioneiro: Dom Fernando Gomes, Dom Hélder Câmara e Dom José Delgado.

conscientes dos problemas sociais e empenharam-se em agir, os bispos da região relativamente pacífica do Sul notaram que havia alguns problemas, mas interpretaram o papel da Igreja em termos exclusivamente religiosos: a sua influência não se estendia ao social.

É inegável a apreensão do episcopado brasileiro com as agitações revolucionárias no início da década de 1950, o que pode ser depreendido em alguns destes documentos. Em 1951, a *Carta Pastoral dos Bispos do Rio Grande do Norte sobre o Problema Rural* constava que “a fermentação ideológica na cidade é auxiliada pela superficialidade do senso popular, empobrecido graças à má imprensa, ao mau rádio e conversar imoderado, do mais desencontrado feitio”.

Um ano depois, no documento *A Igreja e o Vale do São Francisco*, qualificavam a questão da reforma agrária no Brasil de “complexíssima”, de maneira que urgia “estudá-la enquanto é tempo, enquanto resta serenidade e os agitadores, interessados no caso, não cheguem com suas tochas incendiárias”. Para compreender tais documentos temos que nos valer de alguns princípios analíticos: antes de mais nada, reconhecer que a radicalidade e a ousadia dos documentos regionais contrasta, ao tempo em que se equilibra, com o conservadorismo e a prudência dos pronunciamentos da Comissão Central ou mesmo das Assembleias Gerais da CNBB. Por outro lado, sua importância cresce quando os utilizamos como balizadores do grau de consciência da Igreja em seu conjunto, posto que “os bispos são geralmente a faixa mais conservadora da Igreja, de modo que, quando eles fazem declarações, pode-se supor que outras faixas já alcançaram e ultrapassaram o ponto em questão” (BRUNEAU, 1974, p. 149).

No entanto, como o profeta não fala apenas por meio de palavras, mas também de “sinais, gestos e diversos atos de natureza comum ou invulgar” (WACH, 1990, p. 417), cabe explorar, no quarto eixo, os diversos âmbitos de Ação dos bispos nordestinos fundadores da CNBB. Mais uma vez, nos inspiramos em alguns postulados da sociologia do profetismo weberiana:

A revelação profética significa sempre, (...) primeiro para o próprio profeta, e, em seguida, para seus acólitos, uma visão homogênea da vida, considerando-se esta conscientemente de um ponto de vista que lhe atribui um *sentido homogêneo*. (...) A estrutura desse “sentido” pode ser muito diversa e agregar numa unidade motivos que parecem logicamente heterogêneos, pois o que domina toda a concepção não é, em primeiro lugar, a consequência lógica mas as valorações práticas (WEBER, 1994, p. 310)

Procuraremos apreender tais valorações práticas a partir da atuação destes bispos nas mais diversas instituições. O *Quadro 2* (a seguir) fornece um primeiro retrato quantitativo desta atuação:

**Quadro 2: Principais âmbitos de ação dos bispos nordestinos fundadores da CNBB**

	Ação Católica	MEB	STRs	Círculos Operários	Entidades de Direitos Humanos	Pastorais Sociais	CEBs
<b>Bispos</b>	8	3	3	2	2	1	1
<b>%</b>	100%	37,5%	37,5%	25%	25%	12,5%	12,5%

Fonte: Quadro organizado pelo Autor.

Já está suficientemente demonstrada a conexão ACB/CNBB, personificada, inclusive, na figura de Dom Hélder Câmara, assistente-geral da ACB entre 1947 e 1962 e secretário-geral da CNBB de 1952 a 1964. Recorramos uma vez mais a Bruneau (1974, p. 199):

A CNBB, como o Movimento de Natal, de certo modo brotou da Ação Católica, pois D. Hélder Câmara, assistente nacional da ACB desde 1947, usou essa organização para convocar os dois primeiros encontros da hierarquia. Muitos do grupo da CNBB tinham trabalhado com a ACB na qualidade de assistentes, e permaneciam em contato com o movimento, mantendo-se em posições-chave. O contato entre os militantes da Ação Católica e os bispos da CNBB era recíproco: ajudavam-se mutuamente na formação do novo modelo de influência. A CNBB financiava a ACB e (...) eram os membros desta organização que, em grande parte, trabalhavam nos projetos da Igreja. O fato da CNBB existir foi decisivo para a ACB.<sup>31</sup>

O que não foi devidamente aprofundado é a forma pela qual um punhado de bispos de uma região periférica conseguiu se inserir nestas estruturas nacionais, construir seus laços e, a partir delas, reorientar os rumos da Igreja Católica brasileira, o que demanda, evidentemente, uma minuciosa pesquisa documental.

A história do MEB é igualmente indissociável da trajetória deste grupo de bispos nordestinos, já que foi Dom José Vicente Távora, bispo (depois arcebispo) de Aracaju (1958-1970) seu fundador e primeiro presidente. Sem falar que sua origem remonta à experiência (mais uma vez) pioneira de Dom Eugênio Sales na Diocese de Natal. Segundo relatos diversos, o primeiro contato

<sup>31</sup> Vale a pena ressaltar que tal não se deu apenas no caso brasileiro. Desde os anos 1930, o grande pensador italiano Antonio Gramsci (1984, p. 280) anunciava a centralidade da Ação Católica para os rumos da Igreja Católica do século XX: “A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: quando ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade no seu total), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve possuir um partido próprio”.

do ainda cônego Eugênio Sales com este sistema ocorreu em 1954, quando alguns membros da JAC de *São José do Campestre (RN)* sintonizaram acidentalmente um programa da *Rádio Sutatenza*, de Boyacá (Colômbia) e ficaram interessados com o potencial evangelizador daquela rede radiofônica.

*No ano seguinte, já consagrado bispo auxiliar, Dom Eugênio Sales manteria contato direto com monsenhor José Joaquín Salcedo, criador do Movimento Acción Cultural Popular (ACPO), por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, quando ele fez uma conferência sobre sua experiência apostólica<sup>32</sup>. Assim, após uma viagem pelas Américas Central e do Sul, Dom Eugênio Sales obteve em maio de 1958 a concessão de um canal de rádio e instalou em agosto de mesmo ano o primeiro conjunto de escolas radiofônicas na Diocese de Natal, mediante a Emissora de Educação Rural. A expansão foi vertiginosa: de 300 escolas radiofônicas e 5.000 alunos atingidos em 1960 passou-se para 927 escolas radiofônicas e 18.000 alunos um ano depois e, em 1963, nada menos que 22.000 alunos alcançados em 1962. A experiência se expandiu para outros Estados: em 1959 foi implantada em Aracaju e, no mesmo ano, no II Encontro de Bispos do Nordeste, em Natal, foi discutida com os Poderes Públicos, de maneira que, em 21 de março de 1961, a presidência da República e a CNBB assinaram um acordo fundando o Movimento de Educação de Base (MEB), criado oficialmente pelo Decreto nº 50.370, assinado pelo então presidente Jânio Quadros.*

Tratava-se, portanto, de um organismo de dupla vinculação: instituído por um decreto presidencial, seu Estatuto reservava à CNBB a indicação do Conselho Diretor Nacional e do Conselho de Representação e Consulta, o que significava um controle efetivo por parte de Dom Hélder Câmara, Dom José Távora e Dom Eugênio Sales. A primeira diretora-executiva do MEB confirma a íntima relação entre o MEB e o Movimento de Natal:

Quando [Dom José Távora] foi a Aracaju, conseguiu, por intermédio de Juscelino, a concessão para uma estação de rádio na cidade, que, para a época, era um meio de comunicação relativamente poderoso. Inspirado no trabalho que Dom Eugênio de Araujo Sales desenvolveu em Natal, por meio de programas de rádios educativos, Dom Távora implantou o MEB – Movimento de Educação de

<sup>32</sup> Alceu Ferrari (1968, p. 71), um dos primeiros estudiosos do Movimento de Natal, traz uma visão discordante: segundo ele, a ideia de utilização da rádio na educação camponesa teria surgido em Natal de maneira autônoma: “O próprio Dom Eugênio nos falou de sua alegria quando, após ter falado nas possibilidades que o rádio ofereceria para o trabalho que pretendia realizar no meio rural, uma senhora lhe mostrou um artigo da revista *Life* sobre a experiência na Colômbia”.

Base. Na ocasião, ele não tinha uma base de organização pastoral (BANDEIRA, 2010)<sup>33</sup>

Outro campo de ação destes bispos fundadores foi a organização dos trabalhadores rurais. Uma vez mais o pioneirismo é potiguar, ainda que, desta vez, o protagonista é outro de nossos bispos nordestinos. Muito antes da criação do SAR, em 1949, o então bispo de Caicó (RN), Dom José Delgado, já vinha montando no Seridó desde o início da década de 1940 a maior rede de cooperativas rurais do Rio Grande do Norte<sup>34</sup>. Ao ser transferido para a Arquidiocese de São Luís, Dom Delgado ampliou a experiência, criando a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA) ainda em 1952, numa perspectiva inicialmente assistencialista: “de natureza educacional e assistencial, destinando-se a promover o bem estar das comunidades rurais, levantando-lhes o nível material, intelectual, social, moral e religioso”, buscando a cooperação mútua entre professores e alunos, proprietários e agricultores, senhoras e jovens (PACHECO, 1969, p. 751)<sup>35</sup>. Não à toa, há quem impute a Dom Delgado a gênese do Movimento de Natal:

Não é fácil determinar se e até que ponto o trabalho desenvolvido por Dom Delgado no Seridó teve influência na gênese do Movimento de Natal. Dentre os mais estreitos colaboradores de Dom Eugênio, alguns, talvez porque provenientes do Seridó, haviam sorvido as ideias de Dom Delgado, afirmam tal influência, enquanto outros são mais cautelosos em admiti-la. Provavelmente uns e outros têm, em parte, razão. O exemplo de Dom Delgado despertou em outros o desejo de fazer “alguma coisa”. Sua pregação de justiça social, seu ideal cooperativista, seu conceito de caridade passaram as fronteiras do Seridó. (...) Não resta dúvida, porém, que, até por volta de 1950, o “movimento” de que se falava era o do Caicó, não o de Natal (FERRARI, 1968, p. 55)

De qualquer modo, a atuação do SAR potiguar, em cujos objetivos encontrava-se “promover a modificação da estrutura agrária”, fará de Natal um locus privilegiado da organização sindical brasileira católica, como citado anteriormente. As Semanas Rurais desembocariam, por sua vez, na criação, em 1951, na Missão Rural Ambulante, que visava proporcionar assistência médico-sanitária e educação sanitária às populações rurais. Depois de três anos, ela

<sup>33</sup> A expansão do MEB não foi menos avassaladora: em 1963, seus 59 sistemas e 25 radiotransmissores atingiam 7.353 escolas em 57 Dioceses de 15 estados.

<sup>34</sup> Ver Cooperativismo conjugado, **A Ordem**, Natal, 29 jul. 1948, apud FERRARI, 1968, p. 55.

<sup>35</sup> Dom José Delgado irá escrever pelo menos dois trabalhos em preparação de Missões Intermunicipais Rurais Arquidiocesanas: **Cooperativismo e desproletarização** (1957) e **Problema da terra** (1958).

seria substituída pela Missão Rural de Educação do Agreste, inicialmente com sede em Nísia Floresta, município situado a cerca de 40 km da capital, depois em Goianinha. Em 1952, o SAR firmou, na capital federal, um convênio com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) mediante o qual assumia a execução das Missões Rurais de Educação do Agreste, de caráter permanente e em áreas restritas, além de viabilizar a fundação do Centro de Treinamento de Líderes Rurais e do Setor de Centros Sociais. Assim, em 1956, dos 45 Centros Sociais existentes no país, nada menos que 16 ficavam no Rio Grande do Norte <sup>36</sup>.

Sempre com o apoio de Dom Eugênio Sales, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) iniciou em 1953, no vale do Pium, a primeira experiência de colonização de vale úmido no Estado, e, quatro anos depois, implantou a Colônia de Punaú. Por fim, em 1960 teve início do movimento de sindicalização rural no Rio Grande do Norte, com a fundação do Setor de Sindicalismo do SAR.

Não é para estranhar que Natal tenha sediado o I Congresso de Trabalhadores Rurais, em 1961, promovido pela JAC, e, dois anos depois, entre 15 a 20 de julho de 1963, a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, com a participação de representantes de dezoito estados brasileiros. Um de seus organizadores, Dom Eugênio Sales, deu uma contundente entrevista ao jornal diocesano: “Na hora em que houvesse 200.000 trabalhadores sindicalizados, não haveria governo que pudesse ir contra. (...) O movimento é irreversível e será a maior força para a reforma agrária”<sup>37</sup>. Também na implantação do sindicalismo rural ressoa o apoio estatal, ainda que não exatamente na forma que muitos postulam, de completa coincidência de propósitos e métodos. O depoimento, insuspeito, é do próprio Dom Eugênio Sales:

Criado o setor de sindicalismo do SAR, procurei ajudá-lo fortemente. Assim, consciente das dificuldades imensa, fui primeiro ao presidente Jânio Quadros. Recebi inteiro apoio. Em seguida, no mesmo dia, tive uma longa conferência com o ministro Castro Neves, no próprio Palácio do Planalto. Depois de uma hora e meia de entendimento, o resultado foi, aparentemente, negativo. O Ministro, muito prudentemente, mostrava que eu não tinha uma estrutura para lançar o sindicalismo rural no Brasil. (...) Imediatamente, comecei a agir como se tudo tivesse sido favorável (**A Ordem**, Natal, p. 3, 20 jul. 1963, apud CRUZ, 2000, p. 67-68).

<sup>36</sup> Em segundo lugar vinha outro estado nordestino, a Bahia, com 14 Centros Sociais. Os dados são de AMMANN, 1992, p. 51-52.

<sup>37</sup> **A Ordem**, Natal, p. 3, 20 jul. 1963 (apud SOUSA, 1982, p. 75). No entanto, a Convenção foi marcada pela forte tensão entre, de um lado, os grupos ligados aos secretariados de Ação Social, aderidos às orientações episcopais, e, de outro, os universitários que trabalhavam no MEB, críticos à hierarquia. Deste segmento brotaria, logo, depois, a dissidência da Ação Popular (AP).

A correspondência depositada no arquivo do SAR permite perceber as alianças tecidas pelo cônego Eugênio Sales, como denota esta carta de 2 de agosto de 1948, endereçada a um ministro de Estado: “Já instalada a Agência de Menores e em pleno funcionamento sua rede assistencial, venho agradecer a V. Excia., Sr. Ministro, o grande favor que está fazendo ao meu Estado” (apud PAIVA, 2000, p. 28-29). Destarte, até o final de 1963 a Igreja Católica potiguar havia conseguido organizar 67 sindicatos, uma Federação e associar algo em torno de 50.000 trabalhadores espalhados por mais de 100 municípios do Estado.

As evidências acerca de uma relação estreita entre a Igreja Católica e o Estado desenvolvimentista brasileiro são muitas, algumas das quais constatamos nas páginas anteriores. A própria história das Semanas Rurais do Rio Grande do Nordeste indica a proximidade entre a Igreja Católica de então e as instituições estatais: promovidas com o apoio do governo estadual e do Ministério da Agricultura, resultaram de uma conversa, realizada no Rio de Janeiro, no final de 1950, entre João Gonçalves de Azevedo, o cônego Eugênio Sales e o monsenhor Hélder Câmara. Técnico do Serviço de Informação Agrícola (SAI) do Ministério da Agricultura, João Gonçalves era um leigo influente na Igreja Católica: ex-presidente da Ação Católica Rural (ACR), representaria o Brasil no Congresso Rural Católico Internacional ocorrido em junho de 1951 em Castel Gandolfo, na Itália.

O apoio técnico e financeiro do SAI contribuiu para o sucesso das 16 edições das Semanas Rurais, a primeira das quais foi realizada em janeiro de 1951, na Escola Prática de Agricultura de Jundiá, no município potiguar de Macaíba, com a presença das delegações vindas do Rio de Janeiro do SIA (presidida por João Gonçalves) e da ACB (chefiada por Hélder Câmara), além de bispos nordestinos, entre os quais Dom José Delgado, então em Caicó (FERRARI, 1968, p. 71-72; SOUSA, 1982, p. 39)<sup>38</sup>. Uma vez arcebispo de São Luís, uma das primeiras ações de Dom José Delgado foi o estímulo ao cooperativismo através da fundação, em setembro de 1952, da Cooperativa Banco Rural do Maranhão, cuja implantação contou com a assessoria de técnicos do Ministério da Agricultura (PACHECO, 1969, p. 746). Assim, ao começar o governo Kubitschek, o relacionamento construído entre a Igreja e o Estado desde 1945, sobretudo através da realização de atividades solidárias, capacitava a CNBB a não apenas

---

<sup>38</sup> A propósito, João Gonçalves de Azevedo seria superintendente da Sudene entre 1964 e 1966.

entabular negociações com o governo, mas de contar com a ajuda oficial, financeira e técnica, para os estudos e planejamentos, como para realizações de projetos que seriam levados a cabo por entidades oficiais, criadas a partir de sugestões e propostas de movimentos de Igreja. (...) De mãos dadas com a euforia oficial, nem sempre o senso crítico dos católicos discerniu, com acerto, os limites de uma colaboração que, em alguns casos, comprometia a comunidade eclesial com dimensões de uma política duvidosa (LUSTOSA, 1991, p. 63-64)

Entretanto, não concordamos com aqueles que tipificavam a relação que vigorava entre Igreja e Estado nesse período como “de quase-concordata” (Pierucci; Souza; Camargo, 1986, 1945-1970, p. 359). O documento do I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956) já procurava esclarecer a relação com o governo:

Não cause espécie ver-nos aparentemente muito ligados a órgãos de Poderes Públicos. No lugar oportuno ficará bem clara a absoluta independência com que agimos, de Poder Espiritual e Poder Temporal, com a maior isenção de ânimo e com o mais elevado propósito de servir (BISPOS DO NORDESTE, 1976, p. 47-48)

Cabe aprofundar, por conseguinte, se e em que medida teria havido rupturas significativas da natureza do “múnus pastoral” desta fração do episcopado nordestino quando da atuação associada (ou mesmo ao interior da) à esfera estatal. Mas isto já é matéria de outro artigo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papirus, 1984.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ARCEBISPOS, BISPOS E PRELADOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO. A Igreja e o Vale do São Francisco (Aracaju, 25-28 ago. 1952). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral da Terra**. São Paulo: Paulinas, p. 69-70, 1976.

BANDEIRA, Marina. Movimentos sociais inovadores promovidos pela Igreja Católica no Brasil (1950-1990). In: SCHÜHLY, Günther; KÖNIG, Hans-Joachim; SCHNEIDER, José Odelso (org.). **Consciência social: a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

\_\_\_\_\_. *Depoimento sobre os dois bispos auxiliares do Rio de Janeiro, Dom Távora e Dom Helder, e como conheceu Dom Helder* (Rio de Janeiro, jul. 2009). Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.pucRio.br/site/dhc/depoimentos/marinabandeira.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Educam, 2000.

\_\_\_\_\_. Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil (entrevista a Patrícia Fachin). **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ano X, n. 341, 30 ago 2010.

BARROS, Raimundo Caramuru de. Os bispos nordestinos e o Vaticano II na Igreja do Brasil, entrevista a Patricia Fachin. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ano X, n. 341, 30 ago 2010.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Brasília: UnB, 1986.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BERNAL, Sérgio. **La Iglesia del Brasil y el compromiso social: el paso de la Iglesia de la Cristiandad a la Iglesia de los pobres**. Roma: PUG, 1986.

BISPOS DO NORDESTE. Declaração (Natal, mai. 1959). In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Serviço de Documentação. *II Encontro dos Bispos do Nordeste (24-26 mai. 1959)*. Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. Declaração (Campina Grande, PB, mai. 1956). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral da Terra**. São Paulo: Paulinas, p. 47-48, 1976.

DEELEN, Godofredo J. O episcopado brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 27, fasc. 2, p. 319, jun. 1967.

BISPOS DO RIO GRANDE DO NORTE. Carta Pastoral sobre o Problema Rural (Jundiá, RN, jan. 1951). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral da Terra**. São Paulo: Paulinas, p. 55-57, 1976.

BOUZON, Emanuel. O Profetismo no Antigo Oriente e no Antigo Testamento. In: BINGEMER, Maria Cara; YUNES, Eliana. **Profetas e profecias numa visão interdisciplinar e contemporânea**. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculos no meio dos caminhos: modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste 2 (1965-1990)**. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2001.

\_\_\_\_\_. Onde está o povo, aí está a Igreja? História e memórias do Seminário Regional do Nordeste 2, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: FASA, 2008.

CÂMARA, Hélder Pessoa. Resposta a Gilberto Freyre. **Jornal do Commercio**, Recife, 25 ago. 1966.

\_\_\_\_\_. A CNBB e seu 20º aniversário (depoimento). **Sedoc**, Petrópolis, v. 5, n. 54, p. 561-562, nov. 1972.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **A Igreja e o desenvolvimento**. São Paulo: Cebrap, 1971.

CAVA, Ralph Della. Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja Católica no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 243, jul. 1978.

CLOIN, Tiago. Uma evangelização em extensão e profundidade: o Movimento de Natal. **Revista da Conferência de Religiosos do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 73, 1962.

COLLARD, Alberto Eugênio. **NEBRA**: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos. Mons(Bélgica): Dimanche, 1964.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 out. 1952, p. 6.

\_\_\_\_\_. **Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. Brasília: CNBB, 1966.

CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica e política no Rio Grande do Norte: participação política e social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza (org.). **Igreja e política no Rio Grande do Norte**: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o Movimento de Natal. Natal: José Augusto, 1968.

FREYRE, Gilberto. A propósito do Manifesto dos Bispos. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 ago. 1966.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GREGORY, Afonso Felipe. **A Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS; Louvain; Bogotá: Oficina Internacional de Investigações Sociais de FERES, 1965.

ISNARD, Clemente. Dom Hélder e a Conferência dos Bispos. In: ROCHA, Zildo (org.). **Hélder, o Dom**: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República**: cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulinas: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e Democracia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Fernando de. **O homo inimicus**: Igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

- MORAIS, João Francisco Régis de. **Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortez; Autores Associados; Campinas: PUC, 1982.
- MOURA, Antônio Carlos. A CNBB e o compromisso com o povo. In: SALEM, Helena (coord.). **A Igreja dos oprimidos**. 2. ed. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- NASCIMENTO FILHO, Isaiás Carlos. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além de seu tempo**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Senec, 1969.
- PAIVA, Marlúcia. A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In: ANDRADE, Ilza (org.). **Igreja e política no Rio Grande do Norte: momentos de uma trajetória**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.
- PAULO VI, Papa. **Decreto Christus Dominus sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja**. Roma, 28 out. 1965a. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 5 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Decreto Apostolicam Actuositatem sobre o Apostolado dos Leigos**. Roma, 18 nov. 1965b. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 11 out. 2012.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; SOUZA, Beatriz Muniz; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. Tomo III. Volume 4. São Paulo: Difel, 1986.
- PINHEIRO, José Ernanne. **Memória e Missão: experiências de vida**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- PORTO, Márcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: UFC, 2007.
- SALEM, Helena (coord.). **A Igreja dos oprimidos**. 2. ed. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SERBIN, Kenneth. Os seminários: crise, experiências e síntese. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: modernidade e tradição**. São Paulo: Loyola, p. 91-151, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Antônio Aparecido da. CRB e CNBB: 50 anos de avanços e desafios. Memórias para as novas gerações. In: EQUIPE de Reflexão Teológica da CRB. **Caminhos da vida: a reflexão teológica na trajetória da CRB**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- SOUZA, Itamar de. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ação Católica Brasileira: o despertar da consciência história na preparação de Medellín**. In: SCHÜHLY, Günther; KÖNIG, Hans-Joachim; SCHNEIDER, José Odelso (org.).

**Consciência social:** a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

WACH, Joachim. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

WEBER, Max. Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Vol. 1. 3. ed. Brasília: UnB, 1994.

ZILLES, Urbano. A missão profética dos cristãos. In: **Missão da Igreja no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1973.

*Recebido em 18/12/2013*  
*Aprovado em 24/03/2014*